



GT 3 – Mediação, circulação e apropriação da informação

ISSN 2177-3688

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE BIBLIOTECAS, SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES MATERIAIS

INFORMATION MEDIATION AND CRITICAL CONSCIOUSNESS: NOTES ON LIBRARIES, THEIR POSSIBILITIES AND MATERIAL LIMITATIONS

Wérleson Alexandre de Lima Santos - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Hélio Márcio Pajeú – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Trata-se de uma pesquisa exploratória feita unicamente pelo meio bibliográfico, tendo como base teórica o materialismo dialético, em especial sob a figura do marxismo-leninismo. Busca trabalhar os sentidos de mediação em seu direcionamento prático para o fomento de uma consciência crítica, buscando dar corpo ao significado de “crítica” e o horizonte ao qual ela deve apontar dentro do trabalho nas bibliotecas. Trata da mediação cultural enquanto um ato de politização e da responsabilidade do mediador com esse quesito. Trabalha o significado de consciência crítica enquanto resultado da práxis, mostrando o teor revolucionário que ela possui enquanto horizonte a ser buscado. Por fim, busca trazer aproximações com as limitações materiais das bibliotecas e os efeitos que isso causa na realização de uma mediação para consciência crítica. Conclui afirmando a necessidade de organização política dos bibliotecários, defende o bibliotecário enquanto membro da classe trabalhadora que tem um compromisso com sua classe que pode ser exercido através da mediação, mas que há limites claros nessa atuação. Constata que os sentidos e efeitos causados pelos atos de mediação não estão apartados de outras lutas políticas, sendo a situação da biblioteca um reflexo da luta de classes em curso.

Palavras-chave: mediação da informação; mediação cultural; consciência crítica; organização política.

Abstract: It is an exploratory research carried out solely through bibliography, having dialectical materialism as a theoretical basis, especially under the figure of Marxism-Leninism. It seeks to work the senses of mediation in its practical orientation towards the promotion of a critical conscience, seeking to embody the meaning of “criticism” and the horizon to which it must point within the work in libraries. It deals with cultural mediation as an act of politicization and the responsibility of the mediator with this aspect. It works on the meaning of critical awareness as a result of praxis, showing its revolutionary content as a horizon to be sought. Finally, it seeks to bring approximations with the material limitations of libraries and the effects that this causes in the realization of a mediation for critical awareness. It concludes by stating the need for political organization of librarians, defends the librarian as a member of the working class who has a commitment to his class that can be exercised through mediation, but that there are clear limits to this action. It notes that the meanings and effects caused by acts of mediation are not apart from other political struggles, with the situation of the library being a reflection of the ongoing class fight.

Keywords: information mediation; cultural mediation; critical consciousness; political organization

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos de bibliotecas, devemos ter em mente o que a caracteriza como tal. Uma biblioteca não é somente um prédio com um conjunto de livros, revistas, microfilmes, partituras ou coisas do tipo, por mais organizado que este material esteja. Uma biblioteca precisa de um público, e de uma função, sem isso ela se torna um depósito sem vida de documentos entregues aos ratos. Seu acervo flui, o conhecimento que ela guarda deve servir para alguém, para um grupo, para que haja uma melhor compreensão da realidade e de si próprio.

Mas o acervo da biblioteca não será lido sozinho - para que isso aconteça, é necessário que um trabalho seja desenvolvido sobre ele e sobre seu público. É neste momento que entra a mediação da informação. Para que haja o fomento desse conhecimento, que está no cerne do propósito da biblioteca, é necessário um trabalho que irá proporcionar as condições necessárias de acesso e apropriação para as informações registradas e as demandas trazidas pelo público - é aí onde está a mediação da informação.

Essa mediação, portanto, possui um objetivo, que é o de auxiliar na conscientização dos sujeitos sobre a realidade material e sobre si mesmos. Na Ciência da Informação, o conceito que dá conta de abarcar esse objetivo seria o de competência crítica em informação, que surge como uma crítica à competência informacional por conta, dentre outras coisas, de sua relação com bases ideológicas do neoliberalismo (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2019). A competência crítica prepararia os sujeitos para olhar criticamente as informações que recebem e a partir daí refletir sobre seu teor e tomar melhores decisões.

Entretanto, como bem apontam Bezerra e Beloni (2019), o sentido de 'crítica' dentro desse conceito é vago e carece de direcionamento, e isso é um grande problema. Se entendemos que essa 'competência crítica' corresponderia ao objetivo da mediação da informação de tornar os sujeitos mais conscientes, mas esse objetivo carece de sentido, e essa criticidade é trabalhada de forma vaga, de que serviria a mediação da informação afinal? Se o objetivo é criar criticidade, mas ela não tem sentido nem direcionamento, a mediação se tornaria um fim em si mesmo que não acarretaria em mudanças reais.

Para desenvolver melhor essas reflexões, este trabalho entra no objetivo de realizar uma discussão acerca do direcionamento concreto da mediação da informação em seu intuito de realizar mudanças na realidade de sujeitos socialmente organizados, e quais as limitações

que podemos encontrar para isso. Ciente das problemáticas em torno ‘das competências’ na Ciência da Informação, a pesquisa buscará seguir por um outro caminho: o da consciência crítica revolucionária, utilizando-se das contribuições do marxismo-leninismo na construção desse pensamento. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória feita a partir de pesquisa bibliográfica, tendo como principal base teórica o materialismo dialético.

O nome que atribuímos ao que fazemos diz muito a respeito do caráter de nossa ação e dos impactos que ela terá na realidade. Se atribuímos um nome vago, ou possuímos uma compreensão turva a respeito de nossa prática, a qualificação das tarefas se torna comprometida e dificilmente conseguirá se desenvolver. Como bem diz Freire (2021), a práxis, a síntese dialética entre teoria e prática, é o motor das ações que visam mudar a realidade e que possui potências de emancipação. A biblioteca como local para a criticidade, e a mediação da informação enquanto ação que proporcionaria isso, devem ser elas mesmas construídas de forma crítica, e é por esse caminho que este trabalho buscará seguir.

2 SOBRE A MEDIAÇÃO E SUA RESPONSABILIDADE

O ato mediador está no cerne do trabalho em bibliotecas, não só de bibliotecários (dentro do processo formal de formação), como também de mediadores de leitura e auxiliares. Essa mediação é a linha que conecta, nas palavras de Milanesi (2013), aquilo que se quer conhecer e aquilo que se tem para ser conhecido. Um livro não lido não cumpre sua função, ele deixaria de ser um livro propriamente dito para se tornar um amontoado de páginas e palavras que pouco importa - para que cumpra sua função, ele precisa que seu conteúdo seja lido por alguém, e é disso que o trabalho mediador irá se encarregar.

A mediação é o ato de criar condições para o acesso e uso de informações pelas pessoas, auxiliando-as em seus processos de leitura de mundo e sua identificação com o coletivo, criando lastro para a reivindicação e ocupação de seus locais esvaziados, fomentando uma maior atuação enquanto sujeitos de sua própria história. Segundo Almeida Junior (2009), a mediação ocorre tanto de forma explícita quanto implícita. A primeira são as ações que efetivamente entram em contato com usuário, tendo sua presença de forma evidente; já a segunda, são ações que acontecem de forma discreta, que criam as estruturas que permitiram que ações explícitas ganhem corpo.

Quando tratamos especialmente de bibliotecas a mediação da informação é mediação cultural na medida em que as bibliotecas são, por excelência, locais de cultura, já que esta

última é o principal domínio do bibliotecário (FLUSSER, 1983). O bibliotecário é um mediador cultural e deve sempre ter em mente que a mediação jamais será um ato neutro (LIMA, 2016; ALMEIDA JUNIOR, 2009); ele é, em sua essência e materialidade, um trabalhador, e como tal ele existe na concretude do tempo e do espaço, não podendo estar apartado dos conflitos de classe.

Todo ato mediador possui sua carga ideológica na medida em que a ideologia não está na cabeça de um sujeito, ou em palavras vazias, mas em suas ações concretas e na estruturação da sociedade como um todo (EAGLETON, 1997). Um exemplo da estruturação ideológica em bibliotecas pode ser visto no trabalho de Almeida (2023) ao constatar a precariedade de trabalhos voltados para a população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas do Recife e sobre como isso se reflete tanto nos acervos quanto nas ações desenvolvidas para esse público. Não é preciso que alguém diga algo explicitamente excludente para essa população, a própria forma como as bibliotecas se estrutura já o fazem isso, e os atos mediadores decorrentes dessa estrutura os perpetuam.

Quando tratamos de sua forma explícita, a mediação ganha o caráter de ações culturais realizadas dentro de um determinado ambiente com um acervo dado. Para Flusser (1983), a prática da ação cultural é a introjeção do pensamento político dentro da prática bibliotecária, ou seja, é um ato de politização. Sendo assim, é dever do bibliotecário, sendo ele um membro da classe trabalhadora e responsável pela síntese entre o acervo cultural e as demandas de uma população, realizar ações voltadas para a conscientização e mobilização dos membros da classe trabalhadora e povos oprimidos.

Esse ato de politização não é muito diferente do que o que Freire (2021) traz sobre educação, ao colocá-la como tarefa de libertação dos oprimidos em relação ao julgo dos opressores. Na verdade, o autor fala que, na medida em que a classe dominante usa de suas ideologias para dividir e enganar a classe trabalhadora, como bem dizem também Marx e Engels (2007), para a união dos oprimidos seria necessária “uma forma de ação cultural através da qual conheçam o porquê e o como de sua “aderência” à realidade que lhes dá um conhecimento falso de si mesmos e dela” (FREIRE, 2021, p. 237).

A mediação da informação tem essa responsabilidade, dentro dos equipamentos de cultura (neste caso, as bibliotecas), de fazer com que a classe trabalhadora reconheça os instrumentos de opressão da classe dominante e tome consciência sobre si própria, passando

inclusive pela contestação do acervo cultural hegemônico e pautando a luta pela construção de uma memória popular proveniente desde a base.

Não há como fazê-la de forma acrítica ou neutra, porque seus teores ideológicos não estarão na consciência do mediador, mas no efeito da ação sobre a realidade. A ação cultural seria a “mediação e criação de acervo, inseridas em um contexto cultural específico” (FLUSSER, 1983, p. 148) e o mediador cultural atua justamente na sintetização do conflito entre esse acervo cultural e o contexto dado. Sendo assim, independente se o mediador estará consciente ou não da dimensão do seu ato, os efeitos que essa ação terá ocorrerão justamente como síntese do conflito dialético entre o acervo e o contexto; esse ato, enquanto um ato responsável, se dá dentro do movimento contínuo e perpétuo do real, como uma ação dentro de uma cadeia de outros atos na concretude do tempo e do espaço, que se seguem e se complementam no decorrer da história (BAKHTIN, 2017).

A responsabilidade desse ato mediador perpassa todo o trabalho na biblioteca: desde o momento em que se sugere algo para uma criança ler, passando pela classificação de um livro, até o nível de exaustividade que uma catalogação terá, indo até mesmo à escolha dos destaques semanais do acervo e chegando na política de desenvolvimento de coleções. Tudo que diz respeito à forma com a qual os sujeitos terão acesso a algo, e o que será colocado a disposição, é um ato mediador que tem potenciais de, ou fomentar uma consciência de classe, ou reforçar um ato de dominação.

Uma outra medida da responsabilidade do ato mediador é tornar o sujeito consciente a respeito das limitações estruturais que o impede de ter um acesso mais amplo à cultura e informação. Seja pelo alto preço dos *smartphones*, ou pela falta generalizada de equipamentos culturais na cidade, seja pelo ingresso caro no cinema ou pela falta de mobilidade urbana que impede um melhor traslado pela cidade e consequentemente um acesso mais concreto aos equipamentos existentes. Se ela é um ato de politização, a consciência fomentada pela mediação não pode se restringir somente aos livros e bens culturais, como entes apartados da sociedade, mas deve ser uma consciência que se toque na materialidade dos conflitos da sociedade.

Para isso, para que o ato mediador seja de fato politizador, é preciso que saibamos qual o real sentido dessa consciência, e o que significa de fato a criticidade que tanto advogamos sobre ela. A conscientização dentro da mediação não se dá somente como um movimento que o mediador desenvolve nos outros, mas deve ser um ato construído dentro

do próprio mediador - não há como formar sujeitos críticos e politizados se você mesmo não o é. É preciso dar nome à consciência que pretendemos formar e entender exatamente do que ela se trata, e é sobre isso que falaremos a seguir.

3 SOBRE A CONSCIÊNCIA CRÍTICA E SEU SIGNIFICADO

Quando falamos de consciência, por mais estranho que possa parecer, não estamos falando de algo em abstrato e vazio - a consciência, na verdade, possui um conteúdo. Para Volóchinov (2018), a consciência é fruto de um processo de subjetivação de signos ideológicos presentes no meio material. Já em Marx e Engels (2007), essa consciência social que provém do meio material é fruto das relações de produção do ser humano, isto é, o conjunto das interações sociais dentro de determinado regime de produção e reprodução da vida, e essas relações ocorrem dentro de um sistema de classes. Isso tudo significa que a consciência é fruto da inserção do ser humano na materialidade, sendo uma expressão das relações de produção e dos conflitos de classe que as atravessam.

Já quando falamos de crítica, Lênin (2020) e Freire (2021) nos trazem que ela precede de uma busca pela coerência, na investigação das contradições de si e da realidade material. Para Lênin (2020), criticar não é 'falar mal', mas um processo de investigação científica sobre a realidade, e sobre sua inserção nela, que busca, por meio do conflito dialético, a melhor unidade de ação sobre o meio concreto.

A consciência crítica, dessa forma, é uma forma de consciência que, proveniente do meio material, busca investigar as contradições e conflitos que estruturam a sociedade, voltada para sua transformação. Ela não é a mera contemplação, ou o simples 'saber de algo', mas uma consciência que se volta para ação, e essa forma de conscientização (sendo ela proveniente de um processo de politização) não é possível de ser feita de forma qualificada apartada dos conflitos de classe.

Freire (2021) já nos traz que a consciência crítica não é possível de ser forjada fora do conflito basilar entre opressores e oprimidos (ou, em nossa linguagem, classe dominante e proletariado). Para o autor, a consciência crítica é a síntese dialética entre teoria e prática, algo corroborado por Fernandes (2016), ao dizer que essa consciência é o resultado entre consciência teórica e consciência prática. Alinhar a consciência prática com a consciência teórica não significa dizer que todos devem conhecer de pensamentos teóricos como um especialista, ou de que todos tem a obrigação de conhecer a fundo os pensamentos científicos

tal qual um estudioso o faz; mas sim, que todos tenham, em algum nível e dentro de suas próprias condições, os “porquês” que dão sentido a sua realidade e que explicam a forma como o mundo se organiza, isto é, trata-se de saber o motivo das coisas serem de certa maneira.

Ao desenvolverem uma consciência crítica, as pessoas se tornam sujeitos políticos voltados para si, uma classe para si, que deixam de viver em prol de seu opressor e passam a viver em prol de seus iguais, na luta por sua libertação (FERNANDES, 2016). Esse é um processo que só pode ser atingido através da práxis, que é justamente esse confronto entre teoria e prática. Em Freire (2021), essa práxis é feita com o objetivo de emancipação dos sujeitos, ou, de forma mais explícita, é uma práxis revolucionária em seu mais profundo sentido de ruptura com uma ordem para o estabelecimento de outra.

O próprio autor afirma isso, ao retomar a célebre frase de Lênin (2020, p. 39) “sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário”. A consciência crítica que o ato mediador visa formar, sendo ele um ato de politização, deve servir para a mobilização dos sujeitos para a ruptura com sua ordem de dominação.

não se trata de acreditar ingenuamente que a pregação moral ou a crítica filosófica possam transformar a sociedade. O que se faz necessário é uma ação revolucionária, uma prática revolucionária, na qual irão se transformar, simultaneamente, as circunstâncias, as condições sociais, as estruturas, o Estado, a sociedade, a economia e os próprios indivíduos, autores da ação (LÖWY, 2002, p. 23).

Aparenta haver um receio no meio acadêmico atual em falar de forma explícita sobre revolução ou ‘luta de classes’, como se isso furasse uma neutralidade da pesquisa científica, e consequentemente a diminuísse. Mas é preciso termos em mente que nem mesmo a ciência é feita de forma neutra, especialmente as ciências humanas, como bem aponta Löwy (1998) ao mostrar o projeto de classe por trás de cada uma das principais tendências filosóficas das humanidades. Eagleton (1997) também nos oferece uma contribuição nesse quesito, quando aponta que, em linhas gerais, o ideológico é sempre ‘o outro’, nunca o ‘eu’.

Não é menos científico falar sobre processo revolucionário, e ousamos dizer que muitos no fundo não possuem uma real compreensão acerca do que significa um processo revolucionário. Tanto Lênin (2020) quanto Luxemburgo (1990) concordam que a revolução é um processo, uma construção, que se dá gradualmente e que não surge de forma abrupta. Ela é um processo histórico. Em Luxemburgo (1990), o aparente confronto entre reforma e

revolução é, de fato, inexistente. Para a autora, “a luta pela reforma social é o meio, a revolução social é o fim” (LUXEMBURGO, 1990, p. 23), ou seja, a reforma é um caminho para a revolução, pois ela ajuda na criação de condições para tal.

Entretanto, não devemos entrar em ilusões nas reformas. Como a autora deixa bem claro, a revolução é o fim, a reforma é um meio. Se as reformas se tornam um fim em si mesmo, como ‘melhorar porque precisa melhorar’, a atuação política cai em um reformismo infrutífero. As reformas devem ser estruturais e estruturantes, que atinjam um problema na raiz, com um direcionamento e compromisso de classe bem claros, tendo como objetivo a construção das condições que proporcionarão o levante da classe trabalhadora e povos oprimidos contra o sistema que os explora.

É esse o sentido de consciência crítica que a mediação da informação buscará formar. Trata-se de um trabalho dos bibliotecários, reconhecendo-se então enquanto membros da classe trabalhadora, de firmarem seu compromisso de classe sob esse ato responsável de proporcionar ações para tomada de consciência. De cine-debates, a rodas de conversa e clubes de leitura, as ações feitas no ambiente da biblioteca devem ser momento para despertar da consciência de classe e de politização da classe trabalhadora, auxiliando em seus processos de conhecimento de si e do mundo, mas com o objetivo da ruptura pela construção de uma sociedade sem exploração.

Entretanto, sabemos que existem limitações concretas para que esse tipo de ação seja tomada em sua plenitude, o que compromete o teor revolucionário e emancipatório da mediação. Esse tipo de reflexão não é feita em abstrato, portanto devemos nos voltar para as bases concreta da mediação da informação para podermos ter algum horizonte de atuação nesse sentido.

4 SOBRE AS BIBLIOTECAS E SUA MATERIALIDADE

Gostaríamos de retomar que a mediação da informação em sua forma implícita configura-se como a criação de condições para a apropriação da informação pelos sujeitos. Enquanto mediação cultural, essa apropriação diz respeito não somente aos bens culturais materializados, mas da cultura enquanto produção humana. Neste sentido, se a mediação visa criar condições, ela mesma precisa de condições para que possa ocorrer, e isso impacta inclusive na mediação explícita e em todo o processo de tomada de consciência falado anteriormente.

O primeiro ponto que trazemos, na questão da materialidade das bibliotecas e suas limitações, localiza-se no fato de que as bibliotecas são, em maior ou menor medida, um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 2007). Raramente encontraremos uma biblioteca que seja autônoma, independente, sem estar vinculada a alguma instituição. Geralmente elas estão atreladas a uma escola, instituto de pesquisa, universidade ou secretaria do Estado, e isso faz com que ela esteja sujeita às limitações estruturais que essa instituição possui.

Como Lênin afirma, “o caráter da estrutura de qualquer instituição é determinado, natural e inevitavelmente, pelo conteúdo da atividade dessa instituição” (LÊNIN, 2020, p. 115). Desta forma, a biblioteca está sujeita aos conflitos em torno dos aparelhos aos quais ela está vinculada, sendo ela escolar, especializada, universitária ou pública. Assim, as ações de mediação acabam sendo comprometidas em sua efetividade proto-revolucionária por conta de restrições impostas pelo próprio caráter da instituição.

Em exemplo concreto, uma biblioteca escolar terá dificuldades em desenvolver ações de mediação em questões de gênero se a escola onde ela está vinculada for conservadora, ou uma biblioteca pública poderá ter dificuldades caso faça ações culturais voltadas para o público LGBTQIAPN+ e um grupo de vereadores reacionários resolver lançar uma cruzada moral contra ela. Exemplos como esse já podem ser visto na atualidade, como bem ilustrado por Cavalcanti (2022), ao trazer o caso dos livros Meninos Sem Pátria e o catálogo da exposição Queermuseu e as respectivas ações de censura traçadas contra eles.

Há uma problemática estrutural que gera perseguições a bibliotecários e auxiliares, ou até mesmo cortes de verba. Sendo assim, para que a mediação possa ter sua potencialidade revolucionária desenvolvida, ela deveria ser trabalhada em uma biblioteca independente (como é o caso das bibliotecas comunitárias), pois seria necessária uma mudança de conjuntura que torne favorável esse tipo de ação nas organizações sem o risco de perseguição - e, para que isso ocorra, é necessária uma luta política maior. Voltaremos a esse ponto em breve.

O segundo ponto diz respeito ao local que a biblioteca ocupa no processo de produção de seus bens de cultura e informação. Em essência, a biblioteca não produz os itens de seu acervo, ela os adquire (seja por compra, doação ou permuta), sendo assim, seria possível de localizá-la dentro do ciclo de distribuição de mercadorias que Marx (2008) traz em sua obra.

Tomando como exemplo o livro, ele é produzido em uma editora, que por sua vez pega a matéria-prima para sua produção em outras empresas, como as de papel. Essa editora

possui trabalhadores, que irão fazer a diagramação, capa, revisão ortográfica, tradução (quando necessário) e, obviamente, a autoria que irá escrever a obra. Essa obra, em seguida, será armazenada em caixas e distribuída para livrarias, ou ser posta à venda no próprio site da editora. A biblioteca, então, entrará em contato com seus fornecedores e irá comprar essa mercadoria já pronta para compor seu acervo. Essa mercadoria então será transportada para a biblioteca, onde ela passará pelo processamento técnico até ser colocada à disposição no acervo.

Todo esse processo demanda tempo e, sobretudo, dinheiro. A biblioteca não é um meio de produção dos itens que compõe seu acervo, ela serve quase como um veículo de distribuição que ajudará essas mercadorias a circularem. Ela não produz mercadorias, ela não gera lucro, ela precisa ser financiada por outro, figurando-se como parte ou do orçamento da instituição a qual está vinculada ou do Estado. Neste sentido, a falta de verba para bibliotecas afeta diretamente na eficiência das ações de mediação, pois irá comprometer, em primeiro momento, o desenvolvimento de seu acervo.

Mas esse problema não se localiza somente sob esse aspecto. Para que a mediação ocorra ela precisa muito mais do que acervo - ela precisa de trabalhadores. Mediar é um trabalho, desempenhado por um sujeito inserido dentro de uma cadeia de produção. O bibliotecário, então, é um trabalhador, que recebe um salário para a função que desempenha, e como tal sofre com os mesmos problemas que os demais membros da classe trabalhadora como jornadas exaustivas de trabalho, acúmulo e desvios de função, baixos salários e desemprego estrutural. Do atendimento no serviço de referência à catalogação no processamento técnico, é preciso de trabalhadores para realizar esses serviços - o que tomará tempo e energia.

Em grande medida, por não ser um local de geração de mais-valor dentro de um sistema econômico que o tem como sua base, a biblioteca é vista como um gasto, sendo assim um dos primeiros locais cuja verba é removida quando alguma crise se instaura. Sem as condições materiais para o desenvolvimento de um acervo de qualidade, para a manutenção das estruturas físicas da biblioteca ou a contratação/abertura de concurso para trabalhadores que deem conta de atender toda a demanda de trabalho com qualidade, o caráter emancipatório da mediação da informação está comprometido.

As problemáticas que circundam as potencialidades da mediação e das bibliotecas de uma forma geral não conseguem ser resolvidas dentro delas mesmas, porque é algo que surge

de forma externa. Retomando o ponto da luta política, da mesma forma que é preciso uma luta para uma conjuntura favorável, que proporcione o desenvolvimento do potencial revolucionário das ações de mediação, essa mesma luta também passa pela conquista de direitos para a classe trabalhadora.

Como dissemos anteriormente, para que a mediação seja um processo de politização, é preciso que seus mediadores estejam, eles mesmos, politizados, e isso passa pelo reconhecimento dos bibliotecários enquanto membros da classe trabalhadora e a consciência de que a luta pela melhoria das bibliotecas não está apartada de outras lutas do proletariado. Para que seja realizada uma mediação que proporcione a tomada de consciência, é preciso que antes haja uma tomada de consciência dos mediadores, do contrário a mediação se tornará uma pregação vazia forjada sem práxis.

Se entendemos, por exemplo, que é mediação implícita a existência de uma lei que redirecione verba para bibliotecas públicas de um estado, devemos entender que antes dessa lei surgir, foi necessária uma luta política feita na base. Mediação da informação ou cultural não tem como ser feita sem um envolvimento político, uma consciência crítica e um horizonte a se alcançar, e o trabalho feito dentro das bibliotecas é um reflexo da luta travada fora delas. Isso passa por organização política, acúmulo teórico e envolvimento prático nas lutas da classe trabalhadora. Demanda engajamento, consciência e politização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar a mediação da informação como um ente abstrato apartado da luta de classes é um erro. Tudo que acontece dentro da biblioteca é um reflexo do que ocorre fora dela e de todos os entes que a compõe. A mediação enquanto um ato responsável deve ajudar no fomento da consciência crítica dos oprimidos, mas para isso é necessário que os próprios mediadores tenham essa consciência em desenvolvimento.

A organização de sindicatos de bibliotecários, por exemplo, é um passo importante para um envolvimento político mais robusto, e conseqüentemente uma politização mais efetiva, que dará aos atos de mediação contornos mais próximos da formação de uma consciência crítica verdadeira. Se queremos ter a possibilidade de executar toda a potencialidade de uma mediação para emancipação, é necessária a organização política com um horizonte de ruptura, sempre atento aos riscos de cair em ilusões reformistas de baixo impacto.

Assim, se torna necessário um envolvimento maior de profissionais da informação em movimentos sociais, coletivos, sindicatos e partidos políticos, organizando sua atuação de forma coletiva de maneira tal que seus efeitos possam ser sentidos de formas mais profundas e alaistradas do que aconteceriam se limitados somente ao ambiente do exercício profissional formal.

Para as ações de mediação, a biblioteca não deve ser vista como um fim, mas como um meio, sendo a comunidade o seu verdadeiro fim. O foco deve ser no enraizamento das atuações nas comunidades/grupos sociais, tendo a biblioteca como mecanismo para a promoção disso, mas não se limitando somente a elas, uma vez que a atuação do profissional pode se dar a partir de articulações com outros setores das comunidades.

A mediação deve ter como norte a consciência que se volta em ações para emancipação, ciente de que essas ações se dão de forma coletiva e organizada, e não de forma individual e isolada. Ainda, adicionamos que não devemos entrar em um romantismo ufânico acerca da ‘mediação com viés revolucionário’, como se essa ação em si fosse capaz de gerar a mudança. Ela é um ponto, dentro de diversas outras atividades que precisam e devem ser feitas pelos membros da classe trabalhadora (bibliotecários inclusos) na construção das condições de libertação e ruptura com uma ordem de exploração e opressão. Um horizonte revolucionário não é construído sozinho, dentro de uma instituição, ou com ações individuais - é uma construção coletiva, fundada na práxis, de forma organizada e centralizada. A mediação não é um fim, ela é um meio, ela é mais uma das armas da crítica que podemos utilizar na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, igualitária e livre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. H. F. de. **Entre estantes e armários: políticas culturais e demandas informacionais da população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de Recife**. 2023. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/49567>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. 128.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. 3. ed. São Paulo: Pedro & João, 2017. 160 p.

BEZERRA, A. C.; BELONI, A. Os sentidos de “crítica” nos estudos de competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208- 228, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/82243/0>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 5-22, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/47337>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CAVALCANTI, M. M. **Contido**: os discursos ainda permitidos, as condutas de censura e as implicações na atuação profissional do bibliotecário. 2022. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/46208>. Acesso em: 25 jun. 2023.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 204.

FERNANDES, S. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 481-496, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4vSnkJhLd4wMzJiNFDdfxLK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FLUSSER, V. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71176>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021. p. 253.

LÊNIN, V. I. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 222.

LIMA, C. de B. **O bibliotecário como mediador cultural**: concepções e desafios à sua formação. 2016. 183f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26092016-145726/pt-br.php>. Acesso em: 14 abr. 2023.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 112.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 220.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução?**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1990. p. 124.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 288.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 614.

MILANESI, L. **Biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 369.